

SOBERANIA NACIONAL E MUDANÇA SOCIAL EM MANOEL BOMFIM

Maria José de Rezende*

Introdução

As obras de Manoel Bomfim intituladas *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1931) e *O Brasil nação* (1931) possibilitam inúmeros recortes.¹ Dentre os estudos já feitos sobre seus escritos podem-se destacar: as análises sobre os traços distintivos da nacionalidade brasileira e da colonização portuguesa na América; as reflexões sobre o parasitismo social – denominado mal de origem – que condenou o continente a incontáveis dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais; as discussões sobre a forma e o conteúdo da organização política brasileira que foi transformando sucessivamente os vícios em tradição expressa

no modo de agir dos setores preponderantes e as problematizações acerca das dificuldades da soberania brasileira (Ribeiro, 1984; Cândido, 1990; Alves Filho, 1979; Nunes, 1997; Oliveira, 1933; Mota, 1997; Fausto, 1996).

Neste artigo, buscar-se-á no interior da obra de Manoel Bomfim tanto os empecilhos impregnados na organização brasileira que impediam o progresso concebido como desenvolvimento social, econômico e político (Bomfim, 1993) quanto os traços indicadores de possibilidades de rompimento com os males que acometiam a nação (Bomfim, 1931; 1997).

A análise da obra de Manoel Bomfim não pode deixar de ressaltar algumas modi-

* Professora de Sociologia/UEL. Doutora em Sociologia/USP.

ficções de suas interpretações sobre o país no decorrer das três primeiras décadas do século XX. Num primeiro momento, ou seja, em 1905, o desvendamento dos males² que acometiam o país³ resultava numa visão negativa sobre o parasitismo colonial, o que abrangia tanto a vida social quanto a política. No livro *O Brasil na América*, de 1929, ele traçava uma perspectiva positiva sobre os aspectos políticos que o país herdou da colonização portuguesa.

A soberania nacional era uma das mais contundentes preocupações de Manoel Bomfim. Ele perguntava: qual a possibilidade de o Brasil e o restante da América Latina constituírem-se países soberanos e autônomos? Até que ponto o peso do passado colonial e da condição advinda desse processo impediria a construção de caminhos possíveis por onde fluíam as mudanças sociais?

A resposta a essas questões eram buscadas tanto nos fatores externos quanto nos internos uma vez que, para ele, ambos dificultavam o rompimento da dependência e da subjugação em relação aos países colonizadores. Em seu livro *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* ele procurava demonstrar que, quanto às condições internas, desde 1822 era evidente um modo de atuação dos condutores do Estado e da política, em geral, visando controlar toda e qualquer ação produtora de mudanças (Bomfim, 1931, p.12).

As reflexões de M. Bomfim suscitam respostas mais voltadas para o enfrentamento ora dos fatores externos ora dos internos. O parasitismo⁴ e o conservantismo ganhavam proeminência em seus escritos acerca das (im)possibilidades de efetivação de processos de mudanças sociais substantivamente voltados para o desenvolvimento social.

1- A construção da soberania nacional: uma revolução a ser feita

Uma das formas de subtrair a possibilidade de constituição da soberania nacional era de caráter genérico e

encontrava-se amplamente difundida pelo mundo ocidental: o preconceito dos povos europeus e dos Estados Unidos em relação à América Latina. Construía-se, desde os primórdios da colonização, a convicção de que neste continente só existiam bárbaros, mestiços degenerados, gente imprestável e preguiçosa, que pretendiam ser considerados como nações.

A pretensão de soberania nacional dos países latino-americanos soava como insulto aos olhos dos europeus que, segundo Bomfim, tinham espoliado o continente, nos últimos séculos, num regime ímpar de parasitismo social. Como se isso não bastasse, no início do século XX, despendiam, ainda, uma parte significativa de suas energias insistindo que não havia salvação para tais nacionalidades.⁵ Em *A América Latina: males de origem*, de 1905, ele assinalava que os sociólogos e governos europeus setenciavam: "Se você me ouvisse, se não fosse um malandro, faria isto e isto; mas você não presta para nada! Nunca fará nada! Nunca saberá nada! Nunca será nada!" (Bomfim, 1993, p.36).

A constituição da soberania nacional dos países latino-americanos tinha que lidar com uma verdadeira guerra desqualificadora de suas potencialidades. A Europa, afirmava ele, que execrou este continente durante o processo de colonização, adotava uma atitude, a partir do processo de formação nacional, impulsionadora da descrença na capacidade destas nações. Os Estados Unidos impunham limites às pretensões européias no continente, mas o fazia dentro de um espírito voltado para um tutoramento destruidor de toda e qualquer possibilidade de estabelecimento de uma vida autônoma dos países da América do Sul no cenário mundial.

No início do século, ficava evidenciado, segundo ele, que a expansão de mentalidades desfavoráveis à América Latina dava grandes favorabilidades de

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

Maria José de Rezen

domínio econômico e cultural à Europa e aos EUA. Isso se devia à fragilidade da organização social e à incivilidade, de modo geral, que prevalecia no continente latino-americano. No que diz respeito à questão do atraso e do caráter não-civilizado de tais povos ele "rejeitava a noção pseudocientífica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de progresso a fatores de ordem social e cultural" (Cândido, 1990, p.12). No entanto, Bomfim não levantava, como outros pensadores de sua época, questionamentos sobre a classificação de povos culturalmente distintos como atrasados.

Em uma perspectiva diferenciada, Euclides da Cunha, por exemplo, em *Contrastes e confrontos*, também escrito no início do século XX, duvidava do caráter civilizado dos europeus e, também, desta tipificação civilizado/europeu de um lado e o incivilizado/latino-americano, de outro. (Cunha, 1966). Sílvio Romero⁶ não endossava, também, na totalidade a perspectiva baseada no pressuposto de que havia uma evolução linear do não-civilizado para o civilizado. Ele se definia como um evolucionista poligenista nos moldes de Gabriel Tarde, para quem as sociedades não tiveram o mesmo ponto de partida e, também, não terão o mesmo ponto de chegada (Romero, 1969, p.572; Tarde, 1898;1890).

A diferença de base entre estes últimos pensadores e Manoel Bomfim, no que diz respeito à filiação integral ou não às idéias que versavam sobre o caráter incivilizado da América Latina, está no fato de que o elemento cultural, no livro *A América Latina: males de origem*, não era suficientemente problematizado. Euclides da Cunha e Sílvio Romero, cada um a seu modo, tinham na busca da singularidade cultural brasileira o dado central de suas indagações acerca do que significava ser considerado incivilizado pelas teorias européias. Finalmente, Bomfim parecia distante do debate, do qual participavam Romero e

Euclides da Cunha, que problematizava a seguinte questão: a diferença é ou não sinônimo de atraso e incivilidade?

A autor de *América Latina: males de origem* endossava a tese de que o atraso de todos os povos colonizados pelos portugueses e espanhóis dava-se, essencialmente, em razão de que estes últimos eram inferiores – do ponto de vista econômico e político – aos demais colonizadores da Europa. (Bomfim, 1993). Esta tese foi inteiramente refutada por Gilberto Freyre nos anos posteriores (Freyre, 1994; 1953) e parcialmente revista por Bomfim alguns anos mais tarde na obra *O Brasil na América*.

Este último afirmava que os governos e sociólogos europeus atribuíam razões infundadas ao atraso econômico, político e social da América Latina. Estes escamoteavam que os colonizadores eram responsáveis pelas dificuldades de formação da soberania nacional brasileira, postura esta que ele reviu em parte em seu livro de 1929, intitulado *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*.

Nesta última obra citada, ele buscava demonstrar que havia, desde o final da Idade Média, elementos positivos no modo de organização política portuguesa. Isso teria influenciado positivamente a formação social e política do país, uma vez que teria sido real a tendência "dos portugueses à unificação nacional e à superioridade política" constituída por "impulsos advindos deste processo que tornou Portugal apto para a realização da idéia nacional" (Bomfim, 1997, p.46). A unidade nacional brasileira somente foi possível graças à capacidade política de Portugal, afirmava Bomfim.

A obra em questão distanciava-se significativamente da de 1905 na medida em que esta segunda traçava os efeitos negativos de uma colonização realizada pelos povos mais atrasados (econômica e politicamente) da Europa, os quais tinham se degenerado em parasitismos e

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

aria José de Rezende

implementado todos os vícios no continente. Distintamente, os escritos de 1929 enfatizavam que o elemento diferenciador do Brasil no conjunto da América Latina teria sido dado pela capacidade de ação política de Portugal que, ao longo dos séculos, teria deixado como herança para a nação brasileira a tenacidade e a resistência.

Enquanto a capacidade de mudança social era admitida, por ele, na obra de 1905, somente a partir do rompimento integral com o passado, nesta de 1929, há uma valorização de um dado pouco reconhecido, nas análises sobre a formação do país, como possuidor de qualquer mérito: a herança política recebida de Portugal no que diz respeito à forma de ação implementada durante o processo de colonização.

Como afirma Antônio Cândido, a importância da obra de Bomfim está nos motivos políticos expressivos (Cândido, 1990, p.12) e norteadores de um conjunto incansável de propostas e caminhos para a construção da soberania nacional. Vale a pena lembrar o contexto social, intelectual e político em que ele construía a sua interpretação acerca das condições produtoras dos atrasos que acometiam a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular.

No plano filosófico estava em moda o evolucionismo, com sua confiança nas explicações de cunho biológico nos estudos sociais e a convicção de que havia raças humanas superiores e inferiores. No plano ideológico deve-se registrar a entrada do socialismo e do anarquismo. No plano da política internacional, era o começo da fase agressiva do imperialismo norte-americano na América Latina. As posições de Manoel Bomfim sofreram com certeza influência direta dessas circunstâncias, mas os seus pontos de vista discrepam da opinião dominante pelo arrojo e lucidez, fazendo dele um verdadeiro radical, por vezes próximo do socialismo. Creio que foi o primeiro a elaborar um modo inconformado e desmistificador de ver a nossa

independência, assim como a natureza e o papel das classes dominantes, que estudou à luz da sua tradição irremediavelmente conservadora (Cândido, 1990, p.12).

A construção da soberania nacional era, para ele, uma obra revolucionária que implicava o rompimento, por parte do povo em geral, com a mentalidade de incapacidade que vigia no país. E como isso seria possível? Através de uma formação educacional densa que tornasse a população apta para esmiuçar a causa dos atrasos e o caráter e a natureza dos impedimentos internos e externos que sedimentavam tal mentalidade.⁷

Havia em seus escritos uma absoluta descrença sobre a possibilidade de que os setores preponderantes construíssem quaisquer caminhos rumo à democracia, à soberania, ao desenvolvimento social, ao progresso industrial e científico, à modernização e à reelaboração da República. Daí vinha sua idéia de revolução que tinha um sentido bastante preciso em seus escritos, ou seja, ela significava a busca de meios de inclusão da população em geral na construção de um projeto nacional, o que se daria por meio de uma educação capacitadora para o progresso industrial. Desse modo, o progresso e a evolução social somente poderiam vir com o desenvolvimento da divisão do trabalho e com a especialização das funções.

A marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de enterrar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos no segundo (Bomfim, 1993, p.59).

O desafio tornava-se, assim, potente à medida que as classes dirigentes no Brasil (incluindo aqui os bacharéis) continuavam, no início do século XX, apegados econômica e politicamente à agricultura, assim como Portugal tinha feito durante a colonização. Elas tinham pavor, segundo Bomfim, da industrialização porque esta traz no seu bojo o operário, o anarquista, o

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

Maria José de Rezen

revolucionário. No entanto, afirmava ele, este é o único caminho, pois "só os povos que chegam à emancipação econômica e industrial podem dizer que possuem independência política"(Bomfim, 1993, p.175).

Sílvio Romero pode ser citado como o porta-voz de uma reação veementemente contrária a essa posição. Ele argumentava que

a nefasta propaganda dos Bomfins, que vivem a sonhar com um socialismo bastardo em nossas maiores cidades (...) faria bem em mudar de rumo. Em suma, o conselho, a propaganda, todo esforço dos pensadores e dos homens práticos que amam este país e desejam vê-lo ir adiante é: que ele, deixando as miragens dum industrialismo que começa a ser batido no grande mundo, cuide de sua lavoura"(Romero apud Martins, 1977, p.301).

Em um cenário político dominado pelo pensamento conservador que se caracteriza, principalmente, pela busca obsessiva de controle sobre todo e qualquer processo de mudança,⁸ as posições de Manoel Bomfim soavam como uma sublevação à medida que, para ele, toda pretensão de modificação das condições sociais vigentes deveria lidar com um horizonte de embates e enfrentamentos, principalmente com os setores preponderantes (os bacharéis, entre eles), para romper com o passado e com a mentalidade que condenava o brasileiro, de modo geral, a uma sensação de incapacidade política.

Enfim o seu embate com o pensamento conservador dava-se porque a sua idéia de mudança se pautava em

uma utopia futura (...). Os conservadores (...) vêem todo significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o progressista pensa em termos de modelos, o conservador pensa em termos de origens" (Mannheim, 1986, p.121).

Manoel Bomfim delineia, em suas reflexões, duas formas de lidar com o passado em sua discussão acerca da construção da soberania nacional. Em 1905, ele assinalava que era necessário lutar contra o passado, eliminá-lo como obstáculo do progresso e do desenvolvimento social. Todavia, isso não significava esquecê-lo ou mascará-lo, mas sim conhecê-lo para desvendar que os mais expressivos impedimentos tinham raízes "no bárbaro processo de colonização que aqui se estabeleceu"(Bomfim, 1993, p.54). Em 1929, ele sugeria um outro enfoque do passado, pois se este tinha-se feito de atos e de ações predadoras e parasitárias, no campo econômico, o mesmo não se havia dado, ao menos integralmente, no campo político. Ele resgatava o modo de ação política de Portugal desde a sua formação como nação para atestar que estavam presentes, na organização nacional brasileira, traços de resistência e autonomia que potencializaria a construção da soberania nacional.

Num primeiro momento, ele atestava que todos os vícios políticos que existiam no Brasil eram originários de Portugal, num segundo, ele reafirmava esta interpretação acerca dos malefícios parasitários da colonização, mas atestava que a herança não tinha sido formada somente por elementos negativos; estes ganhavam proeminência na cristalização de uma cultura egoísta que deixava visível uma indiferença pela injustiça e pela iniquidade.

Segundo Bomfim, o déficit de soberania do Brasil devia-se ao fato de classes e grupos inteiros não questionarem os malefícios resultantes de uma vida parasitária do trabalho alheio. Durante os quatro séculos que os setores preponderantes viveram do trabalho escravo, houve uma aniquilamento tanto da sociedade como um todo quanto dos que utilizavam esse tipo de trabalho.

A dificuldade de construção da

soberania nacional brasileira encontrava-se, então, ligada à decadência das classes dominantes. Ou seja, com elas não havia meios de construção de uma nação autônoma e capaz de impulsionar um desenvolvimento social e um progresso industrial à altura do mundo moderno. Assim como ocorrera em outras civilizações, o aniquilamento levaria à extinção dos setores preponderantes e de seus métodos de conduzir a economia e a política.

Segundo Manoel Bomfim isso ocorreria porque

a marcha das sociedades civilizadas nos aparece como a extinção gradual, contínua, das classes dominantes, e o seu renascimento, também gradual e contínuo, à custa das classes inferiores. Daí é que vão saindo, constantemente, indivíduos que, de uma forma ou de outra, conseguem conquistar um lugar entre os dominantes, e vêm assim suprir os claros devidos à extinção contínua dessa mesma classe. Tudo isto está bem expresso nesta palavra única: proletariado – indivíduo que deixa prole. É ele, (...), pela sua descendência forte, a conservação da nacionalidade (Bomfim, 1993, p.65).

A vida parasitária que os setores preponderantes tinham implantado no Brasil ficava evidenciada não somente no âmbito da atividade econômica agrícola sustentada pelo escravismo, mas também no âmbito político. A partir de 1822 ficava patente que eles abraçaram o regresso social, a estagnação política e o conservantismo sistemático, o que somente poderia ser explicado através de um massacre do espírito público que atingiu a todos indistintamente. Este era, para ele, o efeito mais nefasto da colonização.

O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento e a energia da vontade pessoal, esmagado, destruído pelo medo" (Bomfim, 1993, p.115).

O enfraquecimento do espírito de

nacionalidade e de soberania era evidente nessas condições. Como seria possível, a partir dessas bases a mudança no sentido do progresso social?

2 - Parasitismo, imitação e reação

A mudança no sentido do progresso social e político e, também, rumo à construção da soberania nacional somente poderia ser feita pelas classes, denominadas por Bomfim inferiores. As demais classes estavam impregnadas pelos vícios do parasitismo social. Não havia qualquer outra alternativa senão produzir as condições de instrução, de especialização, de qualificação profissional e de politização para a população em geral. Caso isso não ocorresse, corria-se o risco, no país, de um aniquilamento da massa popular, pois a degeneração dos setores preponderantes poderia atingir todos os demais grupos da sociedade. O empenho para reduzir todos à ignorância e à abjeção era parte desse processo, afirmava ele.

Nas sociedades humanas, nós vemos os indivíduos das classes inferiores serem, não só exploradas no seu trabalho pelos grupos superiores, como compelidos a defendê-los nas guerras, a elegê-los para cargos públicos, etc. (Bomfim, 1993, p.124).

Vê-se em Manoel Bomfim uma ambigüidade latente em seu modo de conceber a própria vida social. Seu entendimento da mudança e do progresso social encontrava-se ora pautado na capacidade de reação e de politização das classes mecânicas, ou seja, das classes trabalhadoras, ora impregnado por uma visão que pode ser sintetizada assim: o explorado não tem como reagir, ele sucumbe. Quanto mais ele se aprofundava na analogia que fazia entre o mundo animal e o mundo humano mais ele dava vazão a essa perspectiva da impossibilidade de reação dos parasitados.

Euclides da Cunha, escrevendo também no início do século, exaltava a capacidade de luta dos habitantes do interior

Soberania nacional
mudança social
em Manoel Bomfim

Maria José de Rezer

do Brasil. As revoltas denominadas de Cabanagem, Balaiada, Canudos, dentre outras, poderiam ser tomadas como exemplo disso. Os sertanejos (de chão desértico e de chão úmido), por exemplo, eram tidos por ele como o cerne da nacionalidade e da possibilidade de construção da soberania brasileira à medida que eles eram portadores de uma grande potencialidade de resistência (CUNHA, 1966). Por causa das condições de vivência da população pobre, Manoel Bomfim, parecia, às vezes, duvidar do poder de mudança desta última.

Os grupos oferecem-nos grande número de exemplos análogos. As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto, de alimentação; os que se não afaziam a isto pereciam (Bomfim, 1993, p.126).

Ao esmiuçar as condições sociais produzidas pelo parasitismo ele se deparava com elementos indicadores de uma petrificação de todos os envolvidos nesse processo. Os efeitos econômicos, políticos e morais das anomalias e dos vícios produzidos nas sociedades colonizadoras e nas colonizadas seriam os responsáveis pelos efeitos perversos no âmbito da cultura por não possibilitar o estabelecimento do hábito do trabalho não-parasita. Na medida em que somente o escravo produzia, o trabalho passava a ser tido como uma grande vergonha. O efeito moral que advém desse tipo de concepção seria para Bomfim um empecilho na construção de uma sociedade industrializada. O trabalho assalariado, por exemplo, exigiria determinadas posturas que deveriam ser ainda criadas.

Durante quatro séculos o trabalho escravo impregnou em todas as classes uma mentalidade deseducadora. O trabalho tornou-se uma vergonha. Na colônia, afirma Bomfim,

jamais se poderia formar uma população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção. O trabalho consumia, devorava o trabalhador, em vez de o educar (Bomfim, 1933, p.133).

A rede de parasitagem que se estabeleceu no país acabou por atingir a todos indistintamente e criou na população em geral uma falta de perspectiva quanto às possibilidades de desenvolvimento social e de progresso baseados num trabalho educador. É interessante observar que também os expoentes do pensamento conservador autoritário estavam preocupados, no início do século, com o estabelecimento do trabalho que educa para a vida social. Alberto Torres, por exemplo, demonstrava preocupação com a sedimentação de um tipo de trabalho que educasse o homem brasileiro para um tipo específico de sociedade que deveria emergir (Torres, 1978).

A diferença entre eles é que, enquanto aquele primeiro pensava o trabalho como atividade criadora de uma consciência da possibilidade de mudança, baseada numa ação conflituosa e revolucionária, o segundo estava preocupado com o estabelecimento de uma forma de trabalho que esvaziasse toda e qualquer perspectiva questionadora, ou seja, o fundamento de toda atividade laboriosa era a harmonia e a integração nacional.

A necessidade de educar a população para o trabalho livre era para Bomfim a única forma de vencer a nulidade da maioria. Nesse aspecto encontram-se, também, pontos de convergência entre ele e o pensamento conservador. Tanto Oliveira Vianna quanto Silvio Romero, expoentes dessa perspectiva intelectual e política, também insistiam em que a massa popular era apática e nula. Enquanto Oliveira Vianna buscava na organização política brasileira os traços indicadores dessa nugacidade (Oliveira Vianna, 1982), Manoel Bomfim mergulhava na organização

socioeconômica imposta a partir do parasitismo como um sistema.

Os efeitos dessa nulidade eram produzidos e potencializados internamente para Oliveira Vianna. Bomfim, na obra *A América Latina: males de Origem*, atribuiu um peso determinante ao processo de colonização que

fazia do Brasil uma fazenda de Portugal na América. (...) Nada de indústrias, nada de relações com o resto do mundo, nada de produtos novos (BOMFIM, 1993, p.137).

O resultado só poderia ser de embrutecimento, de ociosidade, de ignorância e de apatia.

A organização política não poderia ser responsabilizada por tais efeitos, uma vez que ela também derivava do regime parasitário. As condições econômicas são alçadas, em sua análise, ao patamar de produtora e potencializadora de todas as dificuldades que o país enfrentava. Ou seja, política, administrativa e cultural.

Em suas obras do final da década de 1920 e do início da década de 1930, Manoel Bomfim reviu inteiramente essa sua posição que dava centralidade às condições econômicas externas como definidoras exclusivas das explicações acerca da organização social e política. No livro *O Brasil Nação*, por exemplo, ele procurava situar as dificuldades políticas no âmbito da atuação das classes dirigentes. Partindo de 1822 e seguindo detalhadamente as ações impregnadas de vícios impossibilitadores de alterações expressivas em favor da democracia, da participação e da inclusão, ele constituiu uma das mais férteis reflexões sobre a política brasileira no período de 1822 a 1889.

Ao tratar das (im)possibilidades de mudança social reinantes no país, Manoel Bomfim mapeia na obra de 1905 os efeitos do parasitismo sobre as instituições sociais e políticas brasileiras. A partir da hereditariedade psicológica e social era possível detectar, segundo ele, que o organismo nacional, a um só tempo, imitava

e repelia as instituições da metrópole. Nesse dilema é que o desvendamento da herança que o regime parasitário deixou era essencial para construir uma educação que implicava uma reação regeneradora em todos os âmbitos da vida social.⁹

A forte influência da biologia na análise de Bomfim faz com que ele utilize o termo hereditariedade social como sinônimo de hereditariedade psicológica. Isso é visível em sua argumentação de que aquela primeira

consiste na transmissão por herança, das qualidades psicológicas, comuns e constantes e que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distinto (Bomfim, 1993, p.155).

Observe-se que ele não está falando de cultura, mas de caracteres psicológicos que são herdados da classe, da ordem e da espécie. Prevalece em sua reflexão a convicção de que os traços psicológicos de raças e de grupos que são transmitidos através das gerações são responsáveis pela formação das mentalidades vigentes em uma sociedade.

A idéia de hereditariedade social como sinônimo de hereditariedade psicológica repelia a idéia de interpenetração cultural. Isto ocorria porque, às vezes, ele supunha que os povos parasitados herdaram blocos de caracteres biopsíquicos que eram definidores de seus valores, hábitos e costumes. Em algumas partes tinha-se a impressão de que tais heranças tornavam os povos colonizados completamente imobilizados. Isso era desfeito à medida que ele introduzia um elemento que tendia subverter toda mentalidade herdada: a capacidade de reação que também estava presente nesta lógica contraditória de imitar e repelir ao mesmo tempo a metrópole.

A idéia de reação que ele tentava apontar como o traço indicador das possibilidades de constituição do progresso social e político esbarrava significativamente em uma noção de raça que encerrava traços

físicos e psicológicos. Se o povo brasileiro havia herdado não só aqueles primeiros, mas também as qualidades morais do colonizador ficava patente a dificuldade de romper com a estagnação e com a precariedade social, econômica e política reinante no país desde os primórdios.

O caráter nacional brasileiro estava, para ele, impregnado dos vícios do colonizador. A diferença que havia entre o parasitado e o parasita era mostrada por ele como um traço do processo evolutivo que impunha variações de qualidades sociais e morais mesmo nos povos parasitados. Isso ocorria porque era a única maneira de sobrevivência desses últimos. Ele não considerava, porém, que as variações que havia entre o colonizador e os colonizados tinham-se dado devido ao encontro de raças e/ou de povos diferentes. É visível, em alguns momentos, na obra *A América Latina: males de origem*, uma recusa em discutir os efeitos da mestiçagem na formação do caráter nacional. É, especialmente, no livro *O Brasil na América*, de 1929, que ele se propõe a refletir sobre tal questão.

3 - Conservantismo afetivo e mudança social

O conservantismo, mais afetivo que intelectual, era o traço, herdado do colonizador, de maior importância para compreender a essencialidade do caráter nacional brasileiro. A organização social e política do país estava inteiramente calcada nos efeitos produzidos por modos de agir das classes dirigentes que combinavam perspectivas de mudanças e de progressos com uma prática que os emperrava. Bomfim argumentava que não havia um plano de ações voltadas propositalmente para o emperramento da mudança social, mas existia sim um conjunto de atuações dos setores preponderantes que levavam a isso.

Ele afirmava que existiam políticos, por

exemplo, que nas palavras eram radicais, revolucionários somente no discurso. Na ação transparecia que eles eram conservadores, já que agiam para evitar o imprevisto (Bomfim, 1993, p.160)¹⁰. Essa noção de conservadorismo está próxima da de Mannheim. Ou seja, o conservador é aquele que luta para manter o controle da mudança. A previsibilidade é um dado central desse estilo de pensamento.

O entendimento que Bomfim tinha, em 1905, da essência do conservantismo é de grande significado para a interpretação do Brasil empreendida por ele. No entanto, há ambigüidades em seu raciocínio, visto que ao situá-lo como uma tendência instintiva há um esvaziamento do conteúdo das ações políticas conservadoras. Mas ao argumentar seguidamente que este conservadorismo dito instintivo trava as reflexões e as ações políticas contrárias a ele, Bomfim está retirando sua análise do âmbito biopsíquico e remetendo-a para a esfera social e política.

A ambigüidade está no fato de ele considerar o conservadorismo brasileiro ora como instintivo, portanto, independente das relações sociais, ora produzido por estas. Sendo ele instintivo, ele era constituidor, de forma hereditária, do modo de agir e pensar das classes dirigentes e das dirigidas. A imutabilidade estava, então, colocada. Contudo, ao considerar o seu caráter social ele admitia que a sua constituição não poderia ser explicada somente a partir das condições de hereditariedade.

Ao denominar o conservantismo brasileiro de instintivo, Bomfim queria definir um conjunto de ações irracionalmente emperradoras do progresso social. Para ele, de modo racional não era possível que as classes dirigentes continuassem lutando para conservar o caos. A atitude mais comum entre os setores preponderantes era a de resignação social diante de um passado de crimes, violências, iniquidades e violações de toda natureza (Bomfim, 1993, p.161).

Em sua contundente crítica ao conservadorismo, Manoel Bomfim afirmava que havia cristalizado entre os dirigentes a convicção de que seus projetos e ações deveriam ser no sentido da conservação.

É impossível que esses homens não reconheçam o absurdo de apresentar como programa político 'conservar'. Conservar não pode constituir função especial, ativa, de ninguém; é uma função passiva. A sociedade conserva-se, independente de qualquer esforço; conserva-se (...) por uma função inconsciente, reflexa (...). Conservar é obra dos mortos. Viver é acrescentar alguma coisa ao que existe, eliminar o que já não convém (Bomfim, 1993, p.162).

Manoel Bomfim vai desmontando, sem dar conta muitas vezes, a sua própria tese da instintividade do conservadorismo brasileiro e latino-americano ao afirmar que a política conservadora se assentava em interesses de grupos.

Onde quer que surja a oposição conservadora, há um privilégio que se quer manter. Ela resiste pura e simplesmente ao progresso, que destruiria as vantagens dos grupos dominantes, afrontando preconceitos e superstições (Bomfim, 1993, p.162).

A sua crítica estava essencialmente dirigida aos políticos que tinham como missão central a defesa da estagnação, do não-progresso. No entanto, a gravidade da situação estava no fato de que as atitudes reacionárias não eram detectadas somente entre os políticos e seus grupos de interesses, eram também perceptíveis entre aqueles homens que possuíam traços progressistas. Isso se explicava através da prevalência tanto de uma herança quanto de uma educação conservadoras.

Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício. (...). São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder do amanhã é a contradição formal às idéias. Começa

porque, mesmo revolucionário hoje, a sua aspiração mais viva é ver, no dia seguinte, toda a gente conforme com os seus atos, é ver que todos vêm aderir a eles. E a adesão se faz efetivamente; não há nada que se oponha a isto; amanhã será tudo como ontem" (Bomfim, 1993, p.164).

A tradição conservadora, segundo Bomfim, imobilizava, até mesmo, as intenções progressistas. Estas morriam no nascedouro, não tinham como avançar. Isso ocorria não só em razão de uma cultura da não-mudança, mas também em face de um modo de governar constituído por homens que, por mais revolucionários que pareçam, trazem dentro de si a negação da possibilidade de constituir mudanças. Uma vez no poder, a única tarefa passa a ser a composição com todas as forças, mesmo as mais reacionárias. Não se conhece no país outra forma de governar, de administrar. O mais grave é que não só a política é atingida por este processo de aniquilamento de quaisquer perspectiva de mudança, mas todos os âmbitos da vida social. A maioria dos agentes, por exemplo, estariam tomados por um sentimento que, em última instância, desejavam conservar. Não havia outra explicação para isso senão o parasitismo que assolou toda a América Latina e imobilizou, principalmente, os dirigentes. O pauperismo era continuamente potencializado nessas condições.

O exemplo que ele dava era o caso da escravidão. Em um dado momento os políticos mais lúcidos abraçaram a causa da abolição. Mas ninguém, no Brasil, avançou para além dela. O que significava ir adiante? Era propor reformas que atingissem os libertos. Não se travou qualquer embate em torno da exploração do trabalho. Os políticos tentavam resolver a situação do fazendeiro buscando meios de o Estado importar trabalhadores da Europa para que o preço do trabalho continuasse aviltante. Dava-se continuidade a uma relação parasitária. "Ontem parasita do escravo, hoje (1905) parasita do Estado" (Bomfim, 1993, p.169).

E pôr que estaria o país petrificado nessas condições? A visualização de qualquer saída passaria pelo desenvolvimento de um conhecimento adequado às nações colonizadas. Para tanto, era necessário desenvolver uma ciência originalmente brasileira, originalmente latino-americana.¹¹ Os homens de letra devoravam todos os livros, todas as teorias externas, mas não conseguiam compreender as singularidades constituidoras da vida social brasileira.

Estes homens de letras, os bacharéis, tinham sido, a partir de meados do século XIX, os controladores, por excelência das mudanças, à medida que ocupavam quase todos os cargos públicos. Escravos de fórmulas, de livros estrangeiros e de toda espécie de teorias importadas, eles permaneciam décadas após décadas imobilizados diante de qualquer possibilidade de renovação. E o mais grave era a grande dificuldade de distinção dos caminhos que deveriam seguir na economia e na política. Vide, por exemplo, afirmava Bomfim, a importação de trabalhadores europeus para as lavouras vista como solução para os problemas brasileiros pós-abolição. Era catastrófico o processo migratório para o país sob todos os aspectos, no entanto, "os efeitos sociais e políticos" da migração não eram compreendidos (Bomfim, 1993, p.179) pelos dirigentes.

Os bacharéis atuam no sentido de perpetuar

um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo - parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador" (Bomfim, 1993, p.179).

Ao decidir pela migração os dirigentes abraçavam um plano arrasador para o trabalhador nacional. Ao invés de tornar a ele acessível a instrução, o aprendizado de um trabalho moderno, portanto, urbano-industrial, optou-se por lançá-lo ao ostracismo, ao abandono.

Em vez do ensino popular, que prepare a massa geral da população - elemento essencial numa democracia, em vez da instrução profissional-industrial, onde tem saído o progresso econômico de todas as nações, hoje ricas e prósperas - em vez deste, reclamam-se universidades - já alemãs, já francesas (Bomfim, 1993, p.183).

O rompimento do conservantismo afetivo dar-se-ia através de um amplo processo de discernimento da tenacidade, dos hábitos e dos vícios que fundam as condições sociais brasileiras. Isso implicaria despertar uma mentalidade dirigente voltada para o reconhecimento de que a educação para todos era o caminho a ser seguido no início do século XX. Só assim o país estaria abrindo o caminho para sair do pauperismo e para marchar no sentido do progresso social. Isso é mostrado, por ele, como a revolução que a nação deveria fazer no sentido do rompimento com séculos de decadência e não-desenvolvimento.

Enquanto todos os movimentos emancipadores fossem abraçados e devirtuados pelos conservadores não haveria qualquer possibilidade de mudança social substantiva no país. Era necessário traçar um caminho que separasse nitidamente os projetos políticos progressistas e os conservadores. Ele citava a independência como o momento em que se evidenciou a atuação combinada dos conservadores e dos refratários no sentido de manter um Estado institucional que guardasse os seus interesses. Durante o movimento republicano os conservadores lutam muito mais para conseguir um lugar no seu interior do que para destruí-lo. A questão passa a ser não o combate à República, mas sim a sua conquista (Bomfim, 1993, p.278).

A ação conservadora no Brasil teria ido sempre no sentido de adentrar nos movimentos indicadores de mudanças sociais para controlar todo o seu curso. Este era, para ele, um processo de renovação e reconstituição de novas oligarquias à medida que a absorção dos proponentes

de ações inovadoras tornava-se no país o método mais comum de procedimentos políticos formadores de dirigentes.¹²

Manoel Bomfim não considerava que os vícios políticos eram perpetuados somente em razão de uma cultura política que os favorecia, mas, principalmente, por causa de um modo de governar que os potencializava. Cruzavam-se dois tipos de conservadorismo: o instintivo (cultural) e o sistematizado (oriundo das ações) que dificultavam os esforços “coletivos indispensáveis ao progresso social” (Bomfim, 1993, p.280).

4 - Por que a mudança social dependia do progresso político?

Manoel Bomfim argumentava:

(...) as classes dirigentes precisavam tentar um longo esforço sobre si mesmas, para vencer essa influência do passado que nelas revivem adotando um programa inteiramente oposto a essa que, consciente ou inconsciente, vêm seguindo até hoje. Seria preciso que buscassem conhecer, na sua realidade, cada uma das causas de atraso social, e procurassem afastá-las, atendendo, não aos interesses exclusivos do Estado (...), mas atendendo às necessidades efetivas das sociedades (Bomfim, 1993, p.281).

Não havia ação política capaz de promover o progresso social senão aquela que se empenhasse em intervir a favor da maioria da população excluída. Constituir uma nacionalidade com 90% da população sem condições de intervir no processo social e político era uma alucinação das classes dirigentes, segundo ele. O único caminho a seguir era um esforço conjunto que envolvesse os dirigentes e os dirigidos num amplo projeto de desenvolvimento nacional. Isso já seria um expressivo progresso político no sentido da mudança.

No entanto, a implementação de qualquer medida progressista passava pela transformação dos costumes adminis-

trativos e das máquinas governamentais para fazer do Estado o maior defensor da nação. Isso exigia que todos (governos e governados) obtivessem uma educação política que proporcionasse a compreensão de que

o Estado só tem uma razão de ser: representar e defender os interesses gerais das populações, não tendo outros interesses que não os interesses comuns da sociedade, e o seu bem-estar (Bomfim, 1993, p. 193).

A não-compreensão de que o bem público era a função, por excelência, do Estado levou a classe dirigente a um modo de governar, de administrar que não atende, sob quaisquer aspectos, os interesses da coletividade.

É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios, etc. (...) (Bomfim, 1993, p.196).

Somente através de um esforço político incomensurável dos dirigentes, principalmente, o país poderia progredir no sentido da construção da democracia. Esta, por sua vez, passava tanto pelo investimento na instrução de massa quanto pela substituição de impostos indiretos pelas contribuições diretas e proporcionais. Ele afirmava:

uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário não existe (Bomfim, 1993, p.197).

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

Em sua concepção, os condutores da política haviam internalizado a idéia de Spencer de que o Estado-providência era um mal a ser evitado. Portanto, supor que o Estado deveria investir em saúde, educação, formação profissional, pesquisas, etc., era tido, por eles, como um descalabro. Ele argumentava que era absurdo supor que algum país sobreviveria no mundo moderno sem se industrializar e era mais disparatado ainda contar com a possibilidade de um desenvolvimento industrial sem investir de modo generalizado na instrução que potencializasse a formação técnico-industrial.

O progresso social e político que se deveria almejar com a implementação da República se resumia, para ele, na criação de um Estado social. Somente este poderia reverter a aversão que a população, em geral, tinha em relação ao Estado e ao governo no Brasil. Em 1905, ele afirmava que dois vícios pareciam cristalizados na tradição político-social de todo continente latino-americano. O primeiro era o vício do não-reconhecimento da autoridade legal à medida que esta só tinha, até então, mostrado a sua face da tiranização das populações pobres. O segundo vício era a tendência em tornar tradição a absoluta desconfiança em relação ao Estado e às coisas públicas de modo geral.

A criação de uma sociedade democrática passava pela recuperação da credibilidade do Estado em todos os âmbitos, ou seja, na questão da tributação, na implementação de políticas públicas adequadas às condições vigentes no país, na restauração da crença nas instituições a partir de ações que demonstrassem que o papel do Estado não era a tiranização dos pobres, dentre outras medidas.

O progresso político seria alcançado, então, através da inversão da relação de negatividade em geral que se estabeleceu em relação ao Estado, à política e à coisa pública. Isso implicava uma luta cotidiana contra os resíduos do parasitismo social

que se instalou em todo o continente latino-americano.

Mas existiam indicações da possibilidade de rompimento com tais resíduos que emperravam o progresso político e social? Depois de assinalar todos os vícios e emperramentos advindos da atuação das raças brancas européias, Manoel Bomfim passava a mostrar que, apesar de tudo, as nacionalidades peninsulares eram portadoras de poder de assimilação e de plasticidade intelectual. E os povos que se formaram do cruzamento desses brancos com o indígena e o africano portavam as características necessárias ao progresso.

A capacidade de assimilação, a plasticidade intelectual e a sociabilidade desenvolvida eram traços advindos do português e do espanhol. A busca de traços indicadores de capacidade de progresso do continente levava Manoel Bomfim ao desenvolvimento da tese de que esta estava dada muito mais pela maleabilidade dos povos latino-americanos que pela suas qualidades impositivas. Eles poderiam ser, assim, recuperados pela educação na medida em que eram portadores de uma expressiva plasticidade.

Assiste-se, no entanto, a uma outra ambigüidade nos escritos de Manoel Bomfim de 1905. Ou seja, diferentemente de Silvio Romero, de Capistrano de Abreu e, mais tarde, de Gilberto Freyre, ele insistia que a influência dos índios e negros sobre a fisionomia moral da sociedade brasileira, por exemplo, era muito pequena, quase nula. Para ele, estes não possuíam qualidades e/ou virtudes capazes de se impor ao processo de mestiçamento. Por serem eles levianos, inconsistentes de caráter, imprevidentes, etc., eram adaptáveis a processos reeducadores que os recuperaria no sentido do progresso social, econômico e político.

Seguidamente a essa observação desqualificadora e centrada na idéia de inferioridade de raça, ele passava a buscar, nas condições sociais, os traços definidores

da impossibilidade de os negros e os índios terem impingido suas marcas na fisionomia moral das sociedades latino-americanas. A ambigüidade estava no fato de que ao mesmo tempo Bomfim afirmava a necessidade de estes últimos se anularem para sobreviver e destacava que o traço mais marcante das populações indígenas e africanas era a resistência.

Heróicos foram eles de resistir como resistiram. A história das revoltas dos negros nas Antilhas, a história de Palmares e dos quilombos, mostravam que não faltavam aos africanos resistência e vigor (Bomfim, 1993, p.238).

A resistência dos índios era apontada, também, como a característica mais vigorosa de tais povos.

Manoel Bomfim encontrava-se preso no seguinte dilema: ao se filiar a perspectiva racialmente desqualificadora dos povos não-brancos ele só conseguia vislumbrar a vantagem da submissão, da maleabilidade, da plasticidade destes povos. Ao sair do âmbito da explicação centrada na raça e ao passar, assim, para as condições sociais ele se deparava com uma resistência do negro e do índio que desmascara a primeira tese por ele levantada.

Por que a resistência não é tomada por ele como um dado indicador da fisionomia moral que se delineou durante os séculos? Por que essa resistência se dissipa e não se transforma em uma das marcas diretivas desses povos? Ela existia e se esvaiu, não deixando suas marcas no processo de constituição das mudanças sociais? Quanto a esta última questão ele argumentava que o movimento de Canudos era a prova de que a resistência dos caboclos indígenas não se dissipara totalmente. Mas no seu conjunto os mestiços eram indolentes e desinteressados, o que somente poderia ser corrigido através da educação.

Há uma tensão em seus escritos de 1905 entre a determinação da raça e a determinação das condições sociais. Isso torna as suas teses ambíguas num

constante movimento de idéias que são ora desqualificadoras das populações mestiças, ora abonadoras de suas possibilidades de progresso. Este dilema recorta toda a obra num extenuante esforço de se livrar das concepções centradas nas teses de inferioridade racial.

5- Sociologia: uma ciência para justificar a opressão?

Segundo Manoel Bomfim a sociologia era uma ciência que, fundada na tese da inferioridade das raças, ajudava a potencializar um sistema opressor e destruidor dos países latino-americanos.

A violência dos apetites obscurecem todas as noções de justiça, e os tais sociólogos proclamaram sem rebuços o emprego da força bruta com a suprema sabedoria – o despotismo e a opressão como a condição natural da espécie humana (Bomfim, 1993, p.245).

Era visível, para ele, que através da sociologia, da antropologia e da etnologia o mundo ganharia inúmeras teorizações acerca da inferioridade e da superioridade das raças que naturalizava o poder de destruição de alguns povos. A opressão passava a contar, assim, com várias ciências que a justificavam como naturalmente próprias dos estágios nos quais tais sociedades se encontravam.¹³

Sua crítica se dirigia ao fato de os sociólogos invocarem erradamente a teoria de Darwin para justificar tanto a tese da superioridade de algumas nações sobre as demais quanto a brutalização contra os povos mestiços. Ele argumentava que era incorrer em um equívoco desmedido a suposição de que Darwin pretendia estender a sua lei sobre a seleção natural à espécie humana. Spencer, por exemplo, não era herdeiro deste último, mas sim de Hobbés, Adam Smith e J. Stuart Mill. Suas teorias estavam calcadas não no evolucionismo, mas sim no utilitarismo fundado na moral, assinalava Bomfim.

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

Maria José de Rezende

Evidentemente que Bomfim tinha razão quanto à filiação de Spencer ao utilitarismo, o que o próprio sociólogo britânico fazia questão de ressaltar (Spencer, 1972), mas considerava incabível o modo de Spencer elaborar “uma nova forma de considerar estes princípios, ao estabelecer uma ligação entre eles e a dinâmica da evolução social” (Levine, 1997, p.134).

As teses sobre superioridade/inferioridade nasciam justamente desse esforço equivocado, afirmava Bomfim, no sentido de aproximar o utilitarismo de base moral e a teoria darwinista. Ele perguntava: quem vence são os superiores? E respondia: nem sempre. Quase nunca. Os vencedores são geralmente os mais cruéis, os mais egoístas (Bomfim, 1993, p.254).

Bomfim criticava a sociologia spenceriana como uma ciência que justificava a opressão dos chamados povos desenvolvidos sobre os demais. No entanto, ao afirmar que era uma “aberração moral pretender que a luta e os conflitos preparem o progresso social, que só pode vir pela cooperação dos esforços e pela harmonia dos sentimentos” (BOMFIM, 1993, p.255); ele estava muito próximo de Spencer. Talvez mais próximo do que ele próprio supunha.

Apesar de sua duríssima crítica à sociologia como ciência do egoísmo muitos dos argumentos de Manoel Bomfim confluíam com as pressuposições da sociologia spenceriana que advogava o “ideal de minimizar as coerções externas e maximizar a cooperação espontânea” o que diferia do “ideal de Comte de subordinação dos indivíduos a uma ampla regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais” (Levine, 1997, p.161).

No entanto, ao insistir que o progresso social estava centrado no desenvolvimento técnico e industrial, Bomfim se aproximava tanto da sociologia de Spencer quanto da de Comte, pois este último

definiu o avanço da civilização como um processo evolutivo que diminuiu a

premência das carências físicas e estimulou os poderes intelectuais dos seres humanos. (...) Tal como Spencer, mais tarde, Comte propôs uma sociologia da modernidade que enfatizou a substituição da guerra como proeminente meta da sociedade por empreendimentos pacíficos centrados no comércio e na indústria” (Levine, 1997, p.274).

Manoel Bomfim reiterava e, também, criticava inúmeros argumentos da sociologia européia. Em seus escritos transparece que ele tanto lançava mão dos pressupostos desta ciência quanto lidava acirradamente com a necessidade de refutá-la. Ao afirmar que

se o homem só pode viver e florescer porque encontra uma sociedade, isto é, uma união, um concurso de vontades, como admitir que a luta, onde se gera a desunião dos elementos desta sociedade, possa provocar progresso (Bomfim, 1993, p.255)

ele estava criticando os pressupostos de Spencer que sustentavam haver traços de positividade em situações de opressões que pudessem trazer em seu bojo elementos indicativos de progresso social e político (Spencer, 1972, 1904)¹⁴.

Bomfim considerava que argumentos desta natureza tencionavam justificar a opressão européia sobre os outros povos na medida em que eles fundavam-se nos pressupostos de superioridade daquele continente em termos civilizatórios, portanto, tentavam naturalizar o processo de exploração a que submetiam a América Latina, especialmente. Para ele, estes argumentos tendiam a esconder que todos os problemas vigentes neste último continente advinham das condições históricas da colonização que resultou em uma dada ordem política e não da inferioridade e do mestiçamento.

O embate de Bomfim com a sociologia revelava que ele não aceitava a hipótese de que a inferioridade dos povos latino-americanos advinham do mestiçamento, mas admitia a de que havia, de fato, uma degradação advinda de causas morais e

sociais das condições de colonização. Os europeus criaram aqui uma ordem social em que vigorava a brutalidade, o açoite e a violência, e esta ordem repressiva não favoreceu qualquer progresso, mas o impediu quotidianamente.

Ele afirmava que os sociólogos (ele se referia, principalmente, a Joaquim Pedro Oliveira Martins e Gustave Le Bon, aquele português, este francês) e os políticos dos países avançados portavam-se como censores. Condenavam abertamente a América Latina como incapaz de progresso. Ao atribuir culpa pela pobreza, pelo atraso, pelo despreparo aos próprios sul-americanos eles isentavam de responsabilidade os colonizadores e seu regime parasitário.

Gustave Le Bon (1841-1931), por exemplo, não apresentava em seus escritos a menor crítica às injustiças e às explorações dos colonizadores. A inabilidade para o progresso e para a civilização era o elemento mais recorrente nas análises condenatórias feitas pelos pensadores europeus. A insuperável e natural inabilidade para o desenvolvimento social, assinalada por tais pensadores europeus, ganhava uma das principais contestações na obra *A América Latina: males de origem*.

A teoria da desigualdade inata das raças (defendida por teóricos europeus, como Gobineau e Gustave Le Bon, e adotada por intelectuais brasileiros) era, na virada do século, uma verdade dominante, plenamente aceita, sobretudo porque baseada num suposto científico. Ao arrostá-la, Manoel Bomfim não apenas discordou: ele, na realidade, entrou em rota de colisão com um sistema de poder, cuja representação simbólica (ou arcabouço ideológico) apoiava-se juntamente no regime de verdade da sociedade em que vivia (Aguar, 2000, p.49).

Manoel Bomfim insistia que aptidão para o progresso devia ser construída socialmente através da expansão da educação para todos e que isso somente poder-se-ia viabilizar se a América Latina

potencializasse os traços de resistência (que sobreviviam em alguns grupos da população mas não nos dirigentes)¹⁵ às imposições externas constituídos em longos anos de embate com uma colonização predadora que cristalizou uma classe dirigente voltada para a recusa em inovar. Baseado em Gabriel Tarde ele afirmava que se o costume é conservador, a vontade tem de ser inovadora. No entanto, assistia-se a uma frouxidão da vontade por parte dos setores preponderantes que viviam em uma situação de imobilidade, voltada para a conservação.

Mas, afinal, Manoel Bomfim acreditava ou não que a população brasileira era capaz de investir suas forças no desenvolvimento social? Ela era ou não capaz de resistência às imposições européias que destruíam intermitentemente as suas possibilidades de progresso? Ele se debatia com essas questões e ora ele destacava que havia um substrato de resistência moral nesta população, ora que a sua plasticidade a favoreceria no processo de busca das condições de desenvolvimento técnico e industrial, ora que o conservantismo das classes dirigentes tinha deixado o povo em geral sem energia, sem meios de se rebelar e de resistir.

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos (...). O resultado desse passado recalcitrante é esta sociedade que aí está: pobre, esgotada, ignara, embrutecida, apática, sem noção do próprio valor, esperando dos céus remédio à sua miséria, pedindo fortuna ao azar – loterias, jogo de bichos, romarias (...) (Bomfim, 1993, p.327-8).

A solução era, portanto, a instrução dessa massa analfabeta e ignara numa

Soberania nacional e mudança social em Manoel Bomfim

Marta José de Rezen

verdadeira campanha contra a ignorância. Independente das diversas respostas dadas por ele àquelas questões levantadas no início do penúltimo parágrafo, persistia em seus escritos a crítica contundente à denominada por ele "Sociologia da Cobiça" que atestava que os povos colonizados eram refratários ao progresso por serem portadores de condições culturais, raciais, econômicas, políticas e sociais inferiores.

A mudança social por excelência que o país e o continente deveria fazer não poderia estar centrada somente na busca de enriquecimento econômico, porquanto ele não civilizaria ninguém. O caminho a seguir tinha, portanto, como ponto de partida a universalização da instrução geral e técnico-industrial concomitantemente com o desenvolvimento da industrialização que possibilitaria a criação de uma democracia moderna pautada na busca de poten-

cialização do progresso social. E num primeiro momento quais seriam os atores sociais capazes de impulsionar tal processo? Ele argumentava que a iniciativa de investir na educação social tinha que partir de uma parte das classes dirigentes, ou seja, de seus setores mais cultos.

A criação de uma sociedade democrática passava pela instauração de vontades, ânimos, desejos de liberdade, de progresso e de cooperação no sentido de construir uma sociedade onde não houvesse indivíduos condenados à miséria, ao analfabetismo e à exclusão. Ele afirmava que ser livre é ser capaz de encontrar um sentido social para a vida. Os indivíduos só encontram, de fato, autonomia quando fundam as suas atividades na construção de uma vida social digna para todos (Bomfim, 1993, p.342-3). Isso só poderia ser alcançado através da generalização da instrução, da educação.

- 1 Manoel Bomfim escreveu também os seguintes livros: *O respeito à criança* (1906), *Noções de Psicologia* (1916), *Lições de Pedagogia* (1920), *Pensar e dizer: estudos do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), dentre outros.
- 2 Manoel Bomfim, formado em Medicina e mesmo se definindo como crítico do biologismo social, foi grandemente influenciado por essa perspectiva, tanto que construiu uma vasta análise utilizando deste sistema conceitual (CÂNDIDO, 1990, p.11). Ele empregava uma terminologia (males, doenças, parasitismos) indicadora dessa filiação.
- 3 Em seu livro *A América Latina: males de origem*, ele inicia a discussão criticando as perspectivas que equalizavam a sociedade aos organismos biológicos. Ele argumentava que era preciso romper com os vícios que nasciam de uma interpretação que submetiam as explicações sociais a leis biológicas. No entanto, Bomfim tinha dificuldade de se livrar desse tipo de análise, tanto que ele insistia que a cientificidade da sociologia estava no fato de as sociedades existirem como verdadeiros organismos (BOMFIM, 1993, p.51-2). Spencer, que Bomfim criticava, afirmava que a sociedade não era apenas como um organismo, ela era, de fato, um organismo (LEVINE, 1997, p.134; SPENCER, 1972).
- 4 Bomfim utiliza a noção de parasitismo inteiramente extraída da biologia. Ficava evidenciado em suas análises que ele traçava um paralelo bruto entre a sociedade/a nação e os organismos vivos de modo geral. Não há quase a intermediação do evolucionismo social spenceriano, por exemplo. Suas reflexões tomavam os conceitos de parasitismo, função, órgãos, organismos na sua forma essencialmente biológica e transplantavam para a análise das sociedades latino-americanas. Ele afirmava que o progresso social podia ser explicado do mesmo modo que o progresso orgânico, por exemplo. Várias interpretações sobre a obra de Bomfim destacaram as influências dos conceitos biológicos. Ver: (VERÍSSIMO, 1977; SUSSEKIND e VENTURA, 1984; OLIVEIRA, 1990; COSTA LIMA, 1989; ALVES FILHO, 1979). No entanto, Ronaldo C. Aguiar discorda dessa interpretação, visto que para ele "o conceito de parasitismo de M. Bomfim (...) (é) mais que uma linguagem tomada do biologismo, era um instrumento de interpretação da vida social, cuja ascendência nas idéias de Marx era evidente" (AGUIAR, 2000, p.310).
- 5 Em sua pesquisa, Manoel Bomfim levantou as posições dos jornais europeus sobre o conflito anglo-germano-venezuelano. Ele verificou que todos eles, independente de ser reacionário, conservador, liberal, moderado, socialista ou anarquista, condenaram a Venezuela. Não importava sequer os fatos, mas sim a necessidade de desqualificar uma nação latino-americana (BOMFIM, 1993, p.39).
- 6 Manoel Bomfim foi deputado federal e juntamente com Gilberto Amado e Silvio Romero formavam a bancada sergipana. Aquele último atacava o primeiro com veemência em seus discursos e artigos.
- 7 "Manoel Bomfim acreditava na utopia, mas dizia-se um utopista e não um utópico. (...) O utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista, segundo Bomfim, quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho" (AGUIAR, 2000, p.28).
- 8 Segundo K. Mannheim o conservadorismo está sempre "preocupado com a ação imediata, com detalhes concretos em mudanças e, portanto, não se preocupa realmente com a estrutura do mundo em que vive. Por outro lado, toda atividade progressista se nutre da sua consciência da possibilidade. (...) O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (melhoramentos). O reformismo progressista tende a dar conta de um fato indesejável reformando todo o mundo ao redor que torna sua existência possível. Assim, o reformismo progressista ataca o sistema como um todo, enquanto que o reformismo conservador ataca detalhes particulares". (MANNHEIM, 1986, p.112).
- 9 Em 1897, Manoel Bomfim afirmava: "O que não conheço é país onde o governo central se

despreocupe tão absolutamente da instrução primária como entre nós; não sabendo o que o povo aprende nem se há escolas, nem o que nelas se ensina; não concorrendo com um ceitil para a instrução do povo, ignorando, por inteiro, tudo o que a isto se refere" (BOMFIM, 1932, p.59).

- ¹⁰ Para Manoel Bomfim as classes conservadoras são todas aquelas que são parasitas do Estado e/ou defendem os interesses desses parasitas por qualquer que seja a razão (BOMFIM, 1993, p.230).
- ¹¹ Esta preocupação com uma ciência específica e voltada essencialmente para a compreensão da originalidade e da autenticidade das condições brasileiras estará presente, décadas depois, na obra de Guerreiro Ramos em suas discussões sobre a pertinência de uma sociologia nacional (RAMOS, 1965).
- ¹² Bomfim considerava que o Regente Diogo Antônio Feijó tinha uma proposta de ação política que atendia os interesses da nacionalidade brasileira. Os democratas tinham naquele momento algum espaço. O que fizeram os conservadores? Empenharam-se obstinadamente para derrubá-lo. Jorge Caldeira num texto de 1999 reafirma esta posição de Bomfim

ao afirmar que Feijó "conseguiu mostrar que, desde cedo, os brasileiros livres desejavam o caminho da lei e da democracia, e se opunham à escravidão e à multidão de gente influente contrária a qualquer mudança. Sua vitória na eleição de 1835 foi tanto a vitória de um desejo nacional como o indicativo de quem via melhor as possibilidades efetivas de realização de transformações no momento"(CALDEIRA, 1999, p.15).

- ¹³ Talvez um dos maiores problemas é que Bomfim raramente citava os sociólogos com os quais ele estava dialogando. O lusitano Joaquim Pedro Oliveira Martins (1845-1894), autor de *O Brasil e as colônias portuguesas* era um dos poucos mencionados. A tese central deste livro do sociólogo português, analisa Bomfim, era que as populações formadas a partir do negro e do índio eram incapazes para o progresso (BOMFIM, 1993, p.254).
- ¹⁴ Spencer afirmava que as situações de opressão que visassem construir medidas civilizatórias que fomentassem a industrialização e a ciência eram positivas.
- ¹⁵ Bomfim não deixava claro quem seriam os grupos portadores de resistência e, também, não esclarecia como ela tinha se constituído.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, A. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks: 1997.
- _____. *O Brasil nação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- _____. Instrução popular. In: *Cultura e educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932. p.45-60
- CALDEIRA, J. (org.) *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CÂNDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v.4, n.8, p.4-18, jan./abr.1990.
- COSTA LIMA, L. A versão solar do patriarcalismo: Casa Grande & senzala. In: *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- CUNHA, E. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966.
- FAUSTO, B. Memórias do subdesenvolvimento. *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 1 dez.1996. C5, p.9.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- _____. *Aventura e rotina*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.
- LEVINE, D. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (org) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.77-131.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. v.5. São Paulo: Edusp, 1977.
- MOTA, C. G. O Santo Caos. *Jornal de Resenhas*, n.24. Discurso Editorial/USP/Unesp. Folha de S. Paulo. São Paulo, p.1, 14 mar.1997.
- NUNES, M. Thétis. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, M. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 13-25.
- OLIVEIRA, F. de. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p.21-32.
- OLIVEIRA, L. Lippi de. A questão nacional na primeira república. In: DE LORENZO, H. C. e COSTA, W. P. (orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 185-193.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- RAMOS, G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Ciência e Cultura, p.48-59, 1984.
- ROMERO, S. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.
- SPENCER, H. *On social evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- SPENCER, H. *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904.
- SUSSEKIND, F; VENTURA, R. *História e dependência: cultura e sociedade na obra de Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.
- TARDE, G. *Les lois sociales*. Paris: F. Alcan, 1898.
- _____. *Les lois de l'imitation*. Paris: F. Alcan, 1890.
- TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Nacional, 1978.
- VERÍSSIMO, J. Livros e autores de 1903 a 1905. In: *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.